Veja a edição SÃO PAULO BRASIL 10:16 • 18 NOVEMBRO DE 2010 WEBMAIL LOGIN

HÁ 475 DIAS SOB CENSURA

RECEBA O ESTADO EM: CASA EDIÇÃO DIGITAL RSS TWITTER CELULAR IPAD FACEBOOK FLICKR

ESTADÃO.COM.BR/Brasil

buscar

NOTÍCIAS POLÍTICA ECONOMIA ESPORTES TECNOLOGIA Opinião Limão JT Eldorado Piauí iLocal

Classificados do Estadão ZAP

São Paulo | Brasil | Internacional | Saúde | Ciência | Educação | Planeta | Cultura | Paladar

Blogs • Vídeos • Fotos • Infográficos • Tópicos • Horóscopo

PUBLICIDADE

• AGORA NO ESTADÃO •

HAITI
Cólera atingirá pico em duas ou três semanas

POLÍTICA
Mais poder na Câmara: PMDB monta superbloco

METRÓPOLE
Polícia Militar de SP faz campanha contra abusos

ENEM
Justiça garante direito a nova prova a todos os prejudicados

PALMEIRAS
Marcos Assunção garante mais uma vitória

Você está em Notícias > Brasil

PEC sobre plebiscito avança no Senado

Passa na CCJ e vai a plenário lei que autoriza realização de plebiscito ou referendo a partir [br]de iniciativa popular

18 de novembro de 2010 | 0h 00

Leia a notícia | Comentários | Email | Imprimir | Texto - +

Carol Pires - O Estado de S.Paulo

Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que dá aos cidadãos o direito de sugerir ao Congresso a realização de plebiscitos ou referendos sobre temas de interesse nacional foi aprovada nesta quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. A proposta dividiu a opinião dos senadores, alguns deles preocupados com a insegurança jurídica que ela poderá causar.

Plebiscito é a consulta pública sobre determinado um assunto que, se aprovado, torna-se lei. O referendo é a consulta popular sobre uma lei existente. Hoje, essas situações só podem ser propostas por parlamentares ou pelo presidente da República.

Pela emenda aprovada pela CCJ, plebiscito e referendo poderão ser propostos por iniciativa popular desde que a proposta seja subscrita por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos cinco Estados, com não menos de 0,3 % dos eleitores de cada um deles. Ainda assim, o Congresso Nacional, daria a última palavra. A PEC vai a votação em plenário e, se aprovada, segue para a Câmara.

Propostas sobre aborto, proteção às minorias e reserva de cotas estão entre as que poderiam entrar na agenda do parlamento a partir da iniciativa popular, aponta o autor da PEC, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS). "No mérito, a medida homenageia a democracia direta ao criar mais um instrumento de provocação do poder estatal pelo povo brasileiro", defendeu o relator, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Tópicos: , Brasil, Versão impressa

NENHUM COMENTÁRIO PARA ESTE POST SEJA O PRIMEIRO A COMENTAR »

PUBLICIDADE

+ BRASIL

Aumenta idade para casamento em regime de ...
Projeto altera de 60 anos para 70 e segue ...

-- Dilma terá encontro com Obama nos EUA

-- Deputado pede auditoria de capital ...